

Qual Forças Armadas? A contribuição da antropologia ao estudo do cotidiano militar no Brasil

Guilherme Lemos de Souza

Doutor em Antropologia Social/Universidade Federal de São Carlos

<https://orcid.org/0000-0002-2793-1695>

guilhermemoreira@estudante.ufscar.br

Introdução

A corporação marca, inapelavelmente, as nossas vidas e, sobretudo, a corporação militar. A farda não é uma veste qualquer, é uma outra pele, com a qual, também, a maneira de ver as coisas é completamente diferente. General Octávio Pereira da Costa (Motta, 2003, p. 44).

No Brasil, as Forças Armadas se constituíram como objeto de análise das Ciências Sociais a partir da década de 1970. Não por acaso, o contexto da Ditadura Militar (1964-1985), em que o fechamento institucional era a regra, produziu uma situação na qual as primeiras incursões sobre o tema partissem de pesquisadores pertencentes à Ciência Política e pouco interessados nos elementos internos estruturantes do mundo militar, que se tornaram, décadas mais tarde, o foco dos antropólogos brasileiros.

Desta forma, este pequeno ensaio bibliográfico tem por objetivo traçar a trajetória das contribuições de antropólogos nos estudos sobre militares no Brasil. Na próxima seção, abordo como a tradição de se analisar as dinâmicas de intervenção da política protagonizadas pelas Forças Armadas fomentou um *imprint* segundo o qual a ideologia ou os valores dos militares ocupavam uma posição lateral nos esquemas de análise. Na segunda seção, explico como, nos anos 1990, dois antropólogos realizaram trabalhos de campo entre militares do Exército Brasileiro e chamaram a atenção para um cotidiano permeado pelo contraste entre “civis” e militares, e permanentemente informado pela hierarquia. Em seguida, são descritas algumas pesquisas que se dedicaram aos temas das solenidades militares, da *família militar* e da constante presença dos fardados na

imprensa. Ao final, proponho que o mérito da *antropologia dos militares* reside em sua capacidade de iluminar a forma pela qual o conhecimento é produzido em um contexto no qual as Forças Armadas operam, quase sempre, aberturas interessadas aos pesquisadores “civis”. Assim, sustento que questionar as trajetórias de pesquisa com militares emerge como uma preocupação metodológica importante que não deve restringir-se apenas aos antropólogos.

Intervenções e intervencionismos: os militares na política

Historicamente a literatura brasileira sobre relações civis-militares dedicou significativa atenção ao intervencionismo político das Forças Armadas. Expressão de um passado longínquo de golpes e contragolpes, esta literatura procurou localizar, por meio de diferentes inspirações teóricas e metodológicas, a responsabilidade dos “civis” e o grau de unidade e autonomia observado entre os militares nos momentos de intervenção no sistema político (Coelho, 1976; Oliveira, 1976; Barros, 1978; Rouquié, 1980; Peixoto, 1980a, 1980b; Figueiredo, 1980; Martins Filho, 1993; Ferreira, 2000, 2004, 2007; Carvalho, 2006).

Nesse contexto, a Ditadura Militar (1964-1985) exerceu profunda influência nos estudos sobre militares no Brasil. Com ela, colocou-se imediatamente em pauta a necessidade de se providenciar análises densas a respeito do papel dos fardados na formação do moderno Estado brasileiro (Figueiredo, 1979, p. 9). Dentre essas análises, é possível localizar o papel determinante do *brasilianista* Alfred Stepan (1975). Ele talvez tenha sido o responsável por introduzir neste campo de estudos uma visão metodológica em que a instituição militar não é tomada por suas características intrínsecas, mas pela sua dependência em relação ao sistema político mais amplo. A partir dele, teve vida longa a percepção de que “as atitudes civis para com os militares podem ser tanto ou mesmo mais importantes na determinação da dinâmica dos golpes do que a ideologia dos militares ou seus propósitos” (Stepan, 1975, p. 62).

Apesar da tendência de enfocar os militares como um subsistema da política, não demorou muito para que se chamasse a atenção para a necessária cautela em analisar as Forças Armadas apenas a partir dos episódios de intervenção. Isto porque defendia-se que as intervenções militares eram o aspecto mais espetacular do comportamento da instituição; geralmente o momento de explosão de tendências que se formaram ao longo dos períodos de normalidade. Esses elementos reforçavam a necessidade de pesquisas que também se dedicassem ao cotidiano dos quartéis e que considerassem as Forças Armadas “[...] como objeto legítimo de análise por si mesma, e não pelos traumatismos de toda ordem que elas provocam através das intervenções” (Coelho, 1985, pp. 15-16).

Com o fim da Ditadura, os militares não deixaram de lado sua ascendência sobre a política. A volta à democracia passou, antes, pelo reconhecimento constitucional do desempenho ininterrupto da função interventora das Forças Armadas (Oliveira, 1993, pp. 197-198). Do ponto de vista acadêmico, este contexto fomentou, em alguns casos, o apagamento de iniciativas que se aproximavam do cotidiano dos quartéis e que, portanto, iam na contramão do interesse pelo intervencionismo militar. Nesta época, José Murilo de Carvalho (2006), por exemplo, afirmou que até então nada havia sido feito em termos de pesquisas sobre o dia a dia das casernas ou mesmo sobre a dimensão cultural, os valores e a mentalidade militar (Carvalho, 2006, p.143). Mesmo iniciativas como as de Zaverucha e Teixeira (2003), cujo objetivo era divulgar as principais publicações que contribuíram para um melhor entendimento acerca do papel dos militares desde a Ditadura, fecharam os olhos para importantes contribuições da antropologia dos militares sobre o tema.

Na próxima seção, mostro como alguns antropólogos realizaram trabalhos de campo em academias e instituições de ensino do Exército Brasileiro. Estes trabalhos, embora distanciados, em princípio, dos problemas do intervencionismo militar na política, colocaram em evidência lógicas institucionais do relacionamento dos militares com a sociedade englobante e, portanto, com a própria política. Ao exporem suas trajetórias de pesquisa, os antropólogos tornaram visíveis elementos e dinâmicas estruturantes da socialização dos militares brasileiros, até então pouco exploradas.

O lugar da antropologia: o princípio

No Brasil, os estudos de antropólogos com militares têm origem na década de 1990. Naquela época, a redemocratização evocava entre os fardados uma percepção de que as Forças Armadas eram frequentemente hostilizadas pela imprensa e pelo mundo acadêmico. Este contexto, somado a elementos intrínsecos da socialização militar, desencadeavam preocupações se os pesquisadores eram *amigos* ou *inimigos* e se, ao fim e ao cabo, eles falariam “bem” ou “mal” da instituição militar.

Apesar das preocupações e desconfianças, Celso Castro (2004), entre 1987 e 1988, realizou um trabalho de campo na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), instituição de ensino que forma os futuros oficiais do Exército Brasileiro. Ali ele acompanhou o processo pelo qual os *cadetes* do Exército¹ passam por uma socialização em que são convencidos a deixarem suas características “civis” (ou “paisanas”) para trás e incorporarem atitudes, valores e comportamentos considerados como apropriados ao

1 Graduação que recebe os alunos do Curso de Formação de Oficiais na Academia Militar das Agulhas Negras, sendo considerados militares da ativa do Exército Brasileiro e, portanto, sujeitos à legislação militar. Ao final do curso, os cadetes passam à patente de “aspirante a oficial” (Castro, 2004, p. 10).

espírito militar. Segundo ele, naquele contexto, o espírito militar se apresentaria a partir de uma distinção entre “civis” e militares, sendo capaz de transmitir aos jovens cadetes uma visão de mundo segundo a qual “[...] os militares são diferentes dos *paisanos*. E não apenas diferentes, mas também melhores” (Castro, 2004, pp. 52-54).

Celso Castro (2004) esteve em contato com uma socialização profissional realizada em relativo isolamento e autonomia do restante da sociedade. Durante esta socialização, o espírito militar é moldado com base na preeminência do coletivo sobre o individual, o que resulta não somente em um sentimento de pertencimento arraigado (o *espírito de corpo*), mas também na percepção da carreira militar enquanto uma “carreira total”, que engloba o aspecto físico, moral, espiritual e intelectual do jovem cadete. Uma imagem, por assim dizer, ideal e oficialmente transmitida pelo Exército aos seus militares e aos *paisanos* e que, apesar disso, encontra adesões bastante variáveis. Daí adviria a necessidade de desnaturalizarmos a ideia de que de fato existem “civis” ou um “mundo/meio civil”, externo ao Exército. Isto porque o “civil” seria uma *invenção* dos militares que se revela justamente quando estes interagem com pessoas que não fazem parte da instituição militar. Em resumo, ocorre uma situação interessante na qual o pesquisador só se reconhece como “civil” quando está na presença de militares ou é assim identificado por eles (Castro, 2009, pp. 16-17).

Piero Leirner (1997), por sua vez, realizou pesquisa na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), entre 1992 e 1995, dedicando-se ao tema da hierarquia militar. Lá ele viu como este importante elemento da vida militar realiza a união entre um preceito previsto em lei² e uma conduta a ela associada. Assim, a hierarquia seria um princípio geral e segmentador presente em toda a instituição, a partir da qual definem-se as

[...] tarefas, papéis e *status* dentro do Exército, determinando as condutas e estruturando as relações de comando-obediência, sistematizando a ação e a elaboração do conhecimento militar e mapeando o modo como as relações de poder devem estruturar-se (Leirner, 1997, p. 52-53).

2 Expressa no Art. 142 da Constituição, a hierarquia também é definida pelo § 1º do Art. 14 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares): “a hierarquia militar é a ordenação da autoridade, em níveis diferentes, dentro da estrutura das Forças Armadas. A ordenação se faz por postos ou graduações; dentro de um mesmo posto ou graduação se faz pela antiguidade no posto ou na graduação. O respeito à hierarquia é consubstanciado no espírito de acatamento à sequência de autoridade”. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6880.htm.

Leirner (1997) também notou a existência de uma contradição cotidiana entre o relativo fechamento institucional e a dimensão pública desta organização que, ao se envolver politicamente em questões “nacionais”, necessita estabelecer relações de “abertura” com diferentes atores sociais e políticos. Na prática, sua pesquisa, do ponto de vista dos militares, colocava em questão o relacionamento entre o Exército e a Universidade. Por meio de sua trajetória em campo, revelou-se que aquela contradição confluía constantemente para uma lógica na qual o Exército atuava como um *grupo informal de interesses*, que se “abria” de forma restrita com articulações estratégicas e fragmentadas, de grupo a grupo, tentando abarcar setores representativos da sociedade. Com isso, a mensagem transmitida pela instituição era de que seus homens constituíam uma *elite* destinada a articular a sociedade brasileira, que, para eles, não passava de um “amontoado de arquipélagos fragmentados” (Leirner, 1997, pp. 24-25).

Em resumo, a mensagem transmitida intramuros é que os militares não são apenas diferentes, mas também melhores que os *paisanos*. Eles seriam melhores porque estariam preocupados com “causas nobres e elevadas” e deixariam de lado o “egoísmo” em prol dos interesses do país inteiro. Logo, uma das faces mais cotidianas da instituição militar, explicitada pelos trabalhos descritos acima, é a percepção que os fardados têm de si enquanto uma elite no seio do Estado, destinada a uma missão diretiva no país. A seguir, veremos como este esquema de percepção e visão de mundo também foi identificado por outros trabalhos de campo décadas mais tarde.

Antropologia dos militares: os anos 2000

Na esteira dos trabalhos descritos na seção anterior, Alexandre Colli de Souza (2008) analisou as cerimônias, formaturas e sinais de respeito que permeiam o cotidiano militar. Em uma dessas oportunidades, durante um congresso sobre Defesa Nacional na Academia da Força Área (AFA), ele presenciou o discurso militar de que não somente os fardados, mas também os “civis” das universidades constituíam a *elite brasileira*. Na ocasião, o Vice-Almirante Armando Amorim Ferreira Vidigal declarou que o país precisava de um “banho de civismo [e] de ética” que deveria ser dado pelas Forças Armadas, muito por conta de sua hierarquia e disciplina arraigadas (Colli de Souza, 2008, pp. 68-75).

Outro aspecto marcante na pesquisa de Colli de Souza (2008) foi a hiper-ritualização do cotidiano dos quartéis. Segundo ele, boa parte desta ritualização colocaria em questão o desejo pela constante *previsibilidade* por parte da instituição militar. Deste modo, seja um dia de serviço cheio de atividades e sem “tempo vazio” ou a execução de uma *ordem unida*, por exemplo, corresponderiam à necessidade de prescrever condutas e estabelecer

a máxima coincidência entre a palavra e a ação (“o que é dito é feito”), não deixando espaço, em tese, para ações ambíguas ou fora dos regulamentos (Colli de Souza, 2008, pp. 80-88).

Em seu trabalho de campo, ele presenciou como as solenidades no Exército Brasileiro são oportunidades privilegiadas para se observar como, por meio do cerimonial, se hierarquiza espaços, gestos e posições que reafirmam e demarcam os distintos papéis sociais no interior da corporação, definindo o que é ser *militar*. Neste contexto, a ultrademarkação e a repetição frequente transmitiriam para o plano da ação a ideia de *totalidade* inerente à hierarquia militar. Assim,

o conjunto de comportamentos ritualizados [...] é a substância na formação da Pessoa militar. Não é condição circunstancial, mas sim permanente, é a construção do sujeito pela instituição, é a maneira como a instituição permanece, coesa e uniforme, por meio dos indivíduos, por ela formados *totalmente* (Colli de Souza, 2008, p. 158).

Alguns dos elementos observados até aqui também estão presentes na pesquisa de Cristina Rodrigues da Silva (2010) com familiares de militares na Aman, entre os anos de 2007 e 2008. Ali, se, por um lado, o trabalho de campo colocou em questão o caráter fluido e circunstancial de categorias como “civil” e “militar”, podendo a pesquisadora ser identificada em alguns momentos como uma futura “militar” ou mesmo “esposa de militar”. Por outro lado, revelou a fiscalização e vigilância constante que a instituição opera sobre os “de fora”, entre os quais a própria família dos militares (Silva, 2010, pp. 25-34).

A particularidade de uma pesquisa sobre o entorno familiar no contexto da Aman revelou-se interessante, pois, ali, diferentemente de outras organizações militares do Exército, os valores e estereótipos seriam maximizados, “de modo que se espera que lá seja o ‘padrão’/ ‘modelo ideal’ da vida militar” (Silva, 2010, p. 44), o que reforçaria o escrutínio diário das condutas dos militares e de seus dependentes. Em termos gerais, Silva (2010) notou como o Exército engloba as famílias, fazendo com que as casas se tornem uma extensão do quartel, uma vez que “há toda uma construção de uma rede de relações no [Exército] que definem papéis, obrigações e benefícios das [famílias], fazendo com que os membros da família se pensem/identifiquem como uma ‘família militar’” (Silva, 2010, p. 151).

Posteriormente, Silva (2016) aprofundou a temática da *família militar* em seu trabalho de campo em São Gabriel da Cachoeira (AM). A partir de uma convivência diária com esposas de militares no contexto amazônico, a pesquisadora identificou como o Exército enxerga essas mulheres. Segundo ela, a mulher-esposa seria, de um lado, “parte integrante da Família Militar e vivencia[ria] uma ‘feminilização’ de suas ações e relações em

seu cotidiano na vila militar³". Porém, de outro lado, identificou-se que essa "feminilização" existia enquanto uma contrapartida de um movimento mais geral de extensão da lógica da guerra ao plano familiar, operada cotidianamente pela noção de "sacrifício" – um atributo visto como "masculinizador". Neste caso, a "masculinização" das esposas ocorria porque a região amazônica impõe alguns desafios a estas mulheres, a começar pelas dificuldades de locomoção e comunicação, que exigiriam uma certa *militarização/rusticidade* de suas condutas (Silva, 2010, p. 19).

Deste modo, Silva (2016) observou como em determinados contextos a *família militar*, tanto pode ser tomada como sinônimo da própria instituição e de atributos como "predominância da coletividade", "espírito de corpo" e "camaradagem", quanto pode ser uma importante via de relacionamento com os "civis", tornando-se a face pública do Exército. Neste último caso, a família seria recorrentemente apresentada aos "de fora" como desprovida de imperfeições e fraturas, que são, por sua vez, revelados quando se realiza uma observação cotidiana da corporação e seus entornos (Silva, 2016, pp. 59-190).

Como pode ser notado, os trabalhos descritos acima deram continuidade ao interesse da Antropologia no estudo com militares, em especial do Exército Brasileiro. Em um contexto de hiper-ritualização e prescrição do cotidiano, estas pesquisas tomaram a instituição militar como um objeto de análise legítimo em si mesmo, revelando as contradições ou fraturas possíveis no dia a dia das casernas, nos valores e na mentalidade militar. Pouco tempo depois, com o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), as pesquisas de antropólogos sobre os militares brasileiros receberam um novo impulso.

Bolsonaro e os militares aos olhos da antropologia

O antropólogo Piero Leirner, em *O Brasil no Espectro de uma Guerra Híbrida* (2020), propôs utilizar categorias do mundo militar e da guerra numa tentativa de rever o papel das Forças Armadas nas dinâmicas políticas estabelecidas nos últimos anos no Brasil. Nesta abordagem, o autor localizou, a partir de 2016, uma série de produções militares que utilizavam o conceito de *guerra híbrida* para indexar o cenário brasileiro a formulações doutrinárias norte-americanas.

Naquele contexto, o conceito de guerra híbrida expressava uma forma relativamente nova de interpretar a guerra. O "híbrido" emergia como a emancipação em relação ao campo de batalha e dizia respeito a um modelo de guerra que pretende agir de maneira implícita, sem distinguir entre o *estado de guerra* e a *política* e, portanto, incapaz de

3 Conjunto de moradias mantidas e organizadas pelo Exército Brasileiro destinadas a oficiais (quadro de Armas, Complementar e Saúde), praças (cabos e sargentos) e funcionários civis que trabalham em determinada organização militar (Silva, 2010, p. 1).

estabelecer diferenciações entre *guerra* e *paz*. Em resumo, na guerra híbrida, o conflito torna-se permanente (Leirner, 2020. p. 116).

Porém, se, em termos doutrinários, a guerra híbrida objetiva empreender um ataque ao Estado, em especial ao centro de sua liderança, partindo do exterior e superando para tanto a própria resistência de forças militares (Korybko, 2018). No caso brasileiro, sua forma tomou um vetor inverso, segundo a hipótese de Leirner (2020). Por aqui, a guerra híbrida começou como uma insurgência de setores do Estado e provocou rupturas nele. A porção militar que realizou este processo passou a identificar a esquerda, em geral, e os governos do Partido dos Trabalhadores, em particular, entre as “ameaças híbridas” que procurariam desestabilizar as Forças Armadas.

A reação veio com a reorganização do setor militar após o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016, com o envolvimento direto na candidatura presidencial de Jair Bolsonaro e o aparelhamento do Estado pelos fardados. Os militares estavam em pleno processo de “[...] construção de uma hegemonia (isto é, de imposição de valores e símbolos) que os coloca no centro da sociedade. [...] Trata-se de um processo de domesticação do Brasil, que, aliás, não é exatamente novidade na história do País” (Leirner, 2020, pp. 42-43).

Na esteira dessas preocupações e motivado pelas frequentes tomadas de posição de generais sobre o cenário político durante o governo Bolsonaro, Guilherme Lemos de Souza (2025) deteve-se sobre fenômeno do intervencionismo militar por meio da presença de militares na imprensa. Trata-se de uma pesquisa que, por um lado, voltou-se para a temática das intervenções militares na política, mas que, por outro, tomou esta intervenção a partir de elementos “internos” da socialização militar como, por exemplo, a distribuição desigual de mérito e prestígio, as turmas e cursos de formação, a hierarquia e disciplina, a *camaradagem* e etc.

Com sua pesquisa, Lemos de Souza (2025) verificou como a atuação política e midiática de generais do Exército Brasileiro imbrica disposições pessoais a elementos próprios da formação militar. A partir da análise de alguns episódios polemizadores envolvendo as demarcações de terras indígenas na Amazônia, o autor chamou atenção para a importância da região norte do país como plataforma doutrinária, política e midiática para o Exército, evidenciando que a oposição entre o “mundo militar” e o “mundo civil” é uma constante no cotidiano militar, impondo-se mesmo quando os militares tratam de temas que não necessariamente dizem respeito à missão principal das Forças Armadas.

Um olhar antropológico sobre a presidência de Jair Bolsonaro e as dinâmicas estabelecidas com as Forças Armadas colocou imediatamente em questão a busca de enxergar no governo e em suas ações elementos estruturantes do mundo militar. Diante

de uma verdadeira marcha de fardados pelos palácios e ministérios, recaiu sobre Brasília e o país, como um todo, um esquema de percepção e visão de mundo ajustado a patentes, continências e ordens-unidas, e aberto a interpretações atentas ao dia a dia dos quartéis.

Conclusão

Em 2009, os antropólogos Celso Castro e Piero Leirner organizaram o livro *Antropologia dos Militares: reflexões sobre pesquisas de campo*. Naquela oportunidade, alguns pesquisadores, não necessariamente vinculados à Antropologia, e que haviam realizado pesquisas com militares ou em instituições militares, foram convidados a refletirem sobre seus percursos em campo. Mais do que detalhar as contribuições individuais dispostas ao longo do livro, gostaria de concluir este ensaio bibliográfico chamando atenção para um elemento que parece ser estrutural nas pesquisas com militares, mas que, apesar disso, tem passado ao largo de considerações mais densas.

Ainda nos anos 1990, as pesquisas de Celso Castro (2004) e Piero Leirner (1997) alertavam para a lógica binária de amigo/inimigo presente no relacionamento do Exército com pesquisadores “civis”. Em ambos os casos, as pesquisas de campo suscitaram preocupação por parte da instituição militar de que “não se falasse mal” do Exército ou de que os esforços acadêmicos apresentassem “a verdade” sobre os militares. Complementarmente, sobretudo em Leirner (1997), podemos ver como o percurso do pesquisador em campo não deixou de ser direcionado pela instituição ou, mais importante que isso, esteve informado pela percepção que os fardados tinham do pesquisador, da Universidade e da sociedade “civil” como um todo. Assim, mais do que “aberturas” arbitrárias, a trajetória em campo exprimia um desejo do Exército em tornar visível determinados elementos, ao mesmo tempo em que obliterava tantos outros. Este ponto é fundamental, pois revela que se em qualquer pesquisa há uma certa distância entre o que o “pesquisado” *diz que faz* e o que ele *realmente faz*, isto é ainda mais determinante em se tratando de uma instituição educada para dissimular suas intenções na guerra ou na paz.

Em suma, o mérito da Antropologia no estudo sobre militares, por um lado, está vinculado à observação cotidiana da instituição militar e seus entornos como, por exemplo, nos trabalhos sobre as academias militares, as solenidades e dias comemorativos ou o ambiente da família militar, e que frequentemente não são tomados como objetos de análise pelos demais pesquisadores. Por outro lado, este mérito vincula-se à capacidade de questionar as formas pelas quais o conhecimento é produzido a partir da interação entre pesquisador (quase sempre um “civil”) e pesquisado, sobretudo em um contexto no qual esta oposição está dada pelo próprio esquema de visão e percepção militar, e

sobre o qual influem elementos como a hierarquia, a distinção entre o “mundo de fora” e o “mundo de dentro” e, por vezes, de um desejo da corporação em se “abrir” de maneira privada e interessada. Essas são dinâmicas que influem decisivamente nas análises sobre as Forças Armadas brasileiras e merecem cada vez mais espaço nas reflexões dos pesquisadores que, de uma forma ou de outra, estabelecem relações com os fardados e que não necessariamente são oriundos da Antropologia.

Uso de Inteligência Artificial

Não foram utilizadas ferramentas de IAG neste ensaio.

Referências

- Barros, Alexandre (1978). *The Brazilian military: professional socialization, political performance and State building*. Tese de Doutorado, Universidade de Chicago, Chicago.
- Carvalho, José Murilo de (2006). *Forças Armadas e política no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- Castro, Celso (2004). *O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Castro, Celso & Leirner, Piero (orgs.) (2009). *Antropologia dos militares; reflexões sobre pesquisas de campo*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Coelho, Edmundo Campos (1976). *Em busca de identidade. O Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record.
- Coelho, Edmundo Campos (1985). A instituição militar no Brasil: um ensaio bibliográfico. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 19.
- Colli De Souza, Alexandre (2008). *Um cotidiano ritualizado: a temporalidade militar em perspectiva etnográfica*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Ferreira, Oliveiros (2000). *Vida e morte do partido fardado*. São Paulo: Senac.
- Ferreira, Oliveiros (2004). *Forças Armadas para quê?* Rio de Janeiro: GRD.
- Ferreira, Oliveiros (2007). *Elos partidos: uma nova visão do poder militar no Brasil*. São Paulo: HABRA.

Figueiredo, Eurico de Lima (org.) (1979). *Os militares e a revolução de 30*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Figueiredo, Eurico de Lima (1980). *Os militares e a democracia: análise estrutural da ideologia do presidente Castelo Branco*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Korybko, Andrew (2018). *Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes*. São Paulo: Expressão Popular.

Leirner, Piero (1997). *Meia-volta, volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Leirner, Piero (2020). *O Brasil no espectro de uma guerra híbrida. Militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica*. São Paulo: Alameda.

Lemos De Souza, Guilherme (2025). *Cosmologia militar e intervencionismo político: Amazônia, projeção política e expressão midiática do Exército Brasileiro*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

Martins Filho, João Roberto (1993). *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Motta, Aricildes de Moraes (org.) (2003). *1964 – 31 de Março: o movimento revolucionário e a sua história* (Tomo 2). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora.

Oliveira, Eliézer Rizzo (1976). *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Oliveira, Eliézer Rizzo (1993). *De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia*. Tese de livre docência, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Peixoto, Antonio Carlos (1980a). O Clube Militar e os confrontos no seio das Forças Armadas (1945-1964). In Alain Rouquié (org.), *Os Partidos Militares no Brasil* (pp. 71-88). Rio de Janeiro: Record.

Peixoto, Antonio Carlos (1980b). Exército e política no Brasil. uma crítica dos modelos de interpretação. In Alain Rouquié (org.), *Os Partidos Militares no Brasil* (pp. 27-43). Rio de Janeiro: Record.

Silva, Cristina (2010). *A casa e o quartel: uma análise antropológica sobre o exército e a família na Academia Militar das Agulhas Negras*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

Silva, Cristina (2016). *O exército como família: etnografia sobre as vilas militares na fronteira*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

Stepan, Alfred (1975). *Os Militares na Política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova.

Zaverucha, Jorge & Teixeira, Helder (2003). A literatura sobre relações civis-militares no Brasil (1964-2002): uma síntese. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 55(1).

Recebido em 29 de outubro de 2025.

Aceito em 11 de fevereiro de 2026.

Qual Forças Armadas? A contribuição da antropologia ao estudo do cotidiano militar no Brasil

Resumo

Este ensaio bibliográfico aborda as contribuições de antropólogos para os estudos sobre os militares das Forças Armadas no Brasil. Distanciados, à princípio, das preocupações acerca do intervencionismo político dos fardados, estes pesquisadores focalizaram os elementos constitutivos do cotidiano das casernas, revelando uma identidade militar contrastante em relação aos “civis” e fortemente informada pela hierarquia. Décadas mais tarde, a área da antropologia dos militares abordou temas como as solenidades e a hiper-ritualização do cotidiano dos quartéis, as dinâmicas envolvendo as esposas e familiares de militares, o governo Bolsonaro e a histórica presença midiática de generais do Exército Brasileiro. O argumento central deste ensaio é de que o diferencial da antropologia dos militares reside em questionar como o conhecimento científico é produzido em um contexto em que a instituição militar aparenta, quase sempre, produzir “aberturas” interessadas aos pesquisadores “civis”.

Palavras-chave: Antropologia; Forças Armadas; Militares.

Which Armed Forces? Anthropology's contribution to the study of everyday military life in Brazil

Abstract

This bibliographic essay addresses the contributions of anthropologists to studies on Brazilian Armed Forces personnel. Initially distanced from concerns about the political interventionism of those in uniform, these researchers focused on the constitutive elements of daily life in the barracks, revealing a military identity that contrasted with the “civilian” identity and was strongly informed by hierarchy. Decades later, the field of military anthropology addressed topics such as the solemnities and hyper-ritualization of daily life in the barracks, the dynamics involving military wives and families, the Bolsonaro government and the historical media presence of Brazilian Army generals. The central argument of this essay is that the differential of military anthropology lies in questioning how scientific knowledge is produced in a context in which an ostensibly military institution almost always produces interested “openings” to “civilian” researchers.

Keywords: Anthropology; Armed Forces; Military.